

RESISTÊNCIA, LUTA E PROPOSIÇÕES

anpae ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

MEC dissolve composição do Fórum Nacional de Educação (FNE) e interdita diálogo com a sociedade civil

EDUCAÇÃO

“O governo não tem interesse em garantir a participação social” CartaCapital

Coordenador do Fórum Nacional de Educação critica as medidas do governo e o acusa de fazer política de gabinete, sem diálogo com a sociedade

Senadora critica intervenção do MEC no Fórum Nacional de Educação CORREIO BRAZILIENSE

CUT Educadores denunciam intervenção golpista em Fórum Nacional

MEC dissolve FNE excluindo entidades nacionais de trabalhadores, dentre as quais a **FASUBRA**

anped Anped - RBE - Boletim Anped - Biblioteca - Organização - Reuniões Científicas / Anais -

MEC dissolve composição do Fórum Nacional de Educação (FNE) e interdita diálogo com a sociedade civil

Campanha não comporá FNE desconstruído por Mendonça Filho



CNTE e entidades pedem revogação de portaria que “dissolve” o FNE



Gerar 12 05 | 5 de maio de 2017





Fórum Nacional Popular de Educação

DOCUMENTO FINAL

PLANO DE LUTAS



ETAPA NACIONAL LULA LIVRE
29 de junho de 2018

Reconstruir o País, a retomada do Estado democrático de direito e a defesa da educação pública e popular, com gestão pública, gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade social para todos/as.

Educação pública e popular se constrói com democracia e participação social; nenhuma direita é menos em defesa da legalidade Paulo Freire.

Documento Final

Agosto de 2022

SUMÁRIO

1. PROPOSIÇÕES DA **CARTA DE NATAL E PONTOS DE ATENÇÃO (POLÍTICAS E GESTÃO)** QUE OLHAM PARA O RELATÓRIO FINAL (SEM PREJUÍZO DE TODAS AS CONTRIBUIÇÕES QUE AS ENTIDADES ESTÃO FAZENDO)

GESTÃO: PACTUAÇÃO FEDERATIVA

FINANCIAMENTO

VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

GESTÃO DEMOCRÁTICA

GESTÃO E DIREITO À EDUCAÇÃO

2. RECOMENDAÇÕES PARA **REVOGAÇÕES E ESTRUTURA** DO MEC, FNE E SNE

APRECIÇÕES E SUGESTÕES

GESTÃO: PACTUAÇÃO FEDERATIVA

Carta de Natal: proposições

- Defesa, monitoramento e consolidação do PNE, à luz das deliberações das Conaes de 2010 e de 2014, e das Conapes de 2018 e 2022;
- Regulamentação, democrática, do SNE e da cooperação federativa na educação;
- Regulamentação e controle social do ensino privado, sob as mesmas exigências legais e de qualidade aplicadas à educação pública;
- Proposição do Novo PNE, em 2023;

Políticas e gestão da educação

- ✓ PNE como epicentro das políticas educativas
- ✓ Avaliação, materialização das diretrizes, metas e estratégias do PNE;
- ✓ Regulamentação do SNE, tendo por referência a proposição do FNE (2015-2016) e o PLP 216/2019, incluindo a regulamentação e controle social da educação privada;
- ✓ Estabelecer amplo processo de diálogo social para a construção do próximo PNE, já no início de 2023, resguardando o papel do FNE;

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Carta de Natal: proposições

- Revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016;
- Efetivação de uma reforma tributária fortemente redistributiva e implementação da taxaço das grandes fortunas
- Contra os cortes orçamentários, os contingenciamentos, os bloqueios e o sucateamento das instituições

Políticas e financiamento da educação

- ✓ Fim do congelamento de recursos primários e Retomada dos investimentos na educação pública;
- ✓ Retomar o horizonte do financiamento em educação como proporção do PIB (10% do PIB);
- ✓ Resgatar dos recursos dos royalties do petróleo e do Fundo Social do Pré-Sal para o financiamento da educação pública estatal, de gestão pública;
- ✓ Destinar recursos públicos exclusivamente para as instituições públicas de educação básica e superior;
- ✓ Garantir que as regulamentações da distribuição de recursos públicos tenham como prevalência, critérios de atendimento, inclusão e formação (ICMS educacional);

APRECIações E SUGESTões

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Carta de Natal: proposições

- Democratização e expansão da educação pública com qualidade social;
- Suspensão da tramitação de quaisquer proposições com a intenção de estabelecer o fim das vinculações mínimas obrigatórias de recursos ou que retirem recursos da educação;
- Valorização e garantia de financiamento adequado para a pesquisa, a ciência, tecnologia e a produção do conhecimento;
- Destinação de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), para garantir plataformas públicas e internet de alta velocidade para todas as instituições de educação básica e superior

Políticas e financiamento da educação

- ✓ Garantia de financiamento público para educação Pública;
- ✓ Efetiva implementação do Fundeb, para a educação pública e materialização do Custo Aluno-Qualidade (CAQ) nos termos da Lei 13.005/2014;
- ✓ Retomar o processo de Consolidação/Expansão e interiorização das Universidades e IFEs;
- ✓ Retomar o financiamento, expansão da pós-graduação e proposição do PNPG;
- ✓ Não aplicação de quaisquer recursos via políticas meritocráticas ou *de vouchers*;
- ✓ Garantir recursos para a consolidação da pesquisa, ciência, tecnologia e inovação;
- ✓ Reajustar as bolsas;
- ✓ Garantir plataformas públicas e internet de alta velocidade para todas as instituições;

VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Carta de Natal: Proposições

- Materialização das políticas de valorização dos profissionais da educação;
- Revogar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial (Resolução CNE CP n. 2/2019) e Continuada de Professores (Resolução CNE CP n. 1/2020) e retomar a Resol. CNE/CP 2/015 e o Decreto 8.752/2016;
- Suspensão de contratos temporários que impedem a valorização profissional, cerceiam a construção de vínculos com as instituições educativas e prejudicam o trabalho pedagógico;

Políticas e gestão da educação

- ✓ Reestabelecer fórum permanente, com representação da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e dos trabalhadores da educação para tratar das políticas de valorização (concurso público, piso salarial profissional nacional e de planos de carreira para os/as trabalhadores(as)/ profissionais da educação, das redes pública e privada; expansão dos cursos de formação de professores em universidades públicas e IFEs, dentre outros);
- ✓ Retomar as DCNs para a Formação Inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica (Resolução CNE CP 02/2015) e a materialização do Decreto 8.752/16 que Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, com especial atenção ao Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação, que articulam educação básica e superior no território;

GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

Carta de Natal: proposições

- Gestão democrática e autônoma da educação e de suas instituições, reconhecidas sempre como espaços de liberdade e de pensamento crítico
- Valorização dos projetos político-pedagógicos de cada instituição educacional e da necessária relação currículo-docência, que deve sempre afirmar a natureza e o caráter público, gratuito, laico, inclusivo e democrático na escola pública, priorizando, notadamente, o diálogo com as entidades dos/as trabalhadores(as)/ profissionais da educação, estudantis, sociais e colegiados das instituições de educação superior;

Políticas e gestão da educação

- ✓ Respeito e materialização da Autonomia Universitária e dos graus progressivos de autonomia na educação básica;
- ✓ Regulamentação da gestão democrática, garantindo eleições diretas para dirigentes, em todos os níveis, fortalecimento de órgãos e processos colegiados tendo por referência, na educação superior, a legislação para os institutos federais (Lei nº 11.892/08);
- ✓ Reforço aos conselhos de educação e controle social, com participação necessária de trabalhadores/as em educação, estudantes e comunidade;
- ✓ Imediata recomposição do FNE e CNE;

APRECIÇÕES E SUGESTÕES

GESTÃO E DIREITO À EDUCAÇÃO

Carta de Natal: proposições

- Universalização do direito das crianças pequenas à educação infantil (creches e pré-escolas) e da educação básica obrigatória;
- Defesa da educação integral;
- Defesa de educação profissional, tecnológica, politécnica e integrada, comprometida com o pleno desenvolvimento do educando;
- Efetivação de políticas educacionais voltadas aos estudantes frente à situação de evasão e abandono crescente, inclusive por aquelas agravadas pelas consequências da Covid-19

Políticas e gestão da educação

- ✓ Retomada e conclusão emergencial de obras paradas de creches;
- ✓ Garantir a universalização da educação básica obrigatória;
- ✓ Retomada e ampliação do Programa Mais Educação;
- ✓ Retomada do Sinaeb (estabelecido em portaria revogada pelo Governo Temer), com correspondente Comitê de Governança, plural e participativo;
- ✓ Estabelecer política nacional de recuperação e inclusão educacional, com diálogo federativo e pactuação social, especialmente com os/as profissionais da educação;

APRECIações E SUGESTões

GESTÃO E DIREITO À EDUCAÇÃO

Carta de Natal: proposições

- Construção de padrões de qualidade, processos regulatórios e de avaliação emancipatórios e inclusivos na educação básica e superior;
- Retomada do processo de expansão e de interiorização da educação superior pública e de qualidade em nosso país, com consolidação de Políticas Afirmativas e de Assistência Estudantil, com recortes étnico-raciais e sociais

Políticas e gestão da educação

- ✓ Superar a centralidade conferida à avaliação como medida de resultado e instrumento de controle, ranqueamento, concorrência e competitividade no campo educacional
- ✓ Expansão e consolidação do Reuni;
- ✓ Estabelecimento, em lei, da Política Nacional de Assistência Estudantil;
- ✓ Edição de Projeto de Lei renovando a Política de Cotas;
- ✓ Revigorar a implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que tratam da história e cultura afro-brasileira e indígena;

RECOMENDAÇÕES PARA REVOGAÇÕES E ESTRUTURA DO MEC, FNE e CNE

- ❖ Revogação da Portaria nº 577/2017, com o reestabelecimento do **FNE democrático**, sob coordenação da CNTE, com condições técnicas e dotações compatíveis com o cumprimento do estabelecido na lei do PNE (*monitoramento contínuo e de avaliações periódicas do PNE, análise e proposição de políticas públicas, análise e proposição de revisão do percentual de investimento público em educação, articulação das conferências nacionais de educação com as conferências regionais, estaduais e municipais que as precederem*);
- ❖ Edição de Decreto de recomposição do **FNE**, tendo em conta as atribuições conferidas pela Lei nº 13.005/2014 (PNE) ao Fórum;
- ❖ Revogação dos Decretos que permitiram posse aos **conselheiros do CNE**;
- ❖ **Edição de MP dispondo sobre o CNE**, reformando-o e recompondo-o com legitimidade e representatividade;
- ❖ Revogação das **Diretrizes Nacionais para a Formação Inicial de Professores** (Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Continuada (Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020);
- ❖ Retomar a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior e para a Formação Continuada (**Resolução CNE CP 02/2015**) e do **Decreto 8.752/16** que Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, com especial atenção ao Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação, que articulam educação básica e superior no território;
- ❖ Retomada do monitoramento, da avaliação e da materialização do PNE (2014/2024) e desenvolvimento de estudos e proposição de novo PNE, ainda em 2023;

RECOMENDAÇÕES PARA REVOGAÇÕES E ESTRUTURA DO MEC, FNE e CNE

- ❖ Revogação da atual política nacional de alfabetização e seus desdobramentos (Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019);
- ❖ Revogação do Decreto nº 10.502/20 que cria Política Nacional de Educação Especial;
- ❖ Revogação da “**Base Nacional Comum Curricular**” (BNCC da Educação infantil e Ensino Fundamental e BNCC do Ensino Médio);
- ❖ Revogação da “**Reforma do Ensino Médio**”, bem como dos currículos dos entes subnacionais dela decorrentes;
- ❖ Revogação do Decreto nº 10.004/19 que institui o Programa Nacional de Escolas **Cívico-Militares**;
- ❖ Revogação da Portaria nº 983/20, que reforça retrocessos ao estabelecer novas diretrizes para a **regulamentação das atividades docentes nos institutos federais**
- ❖ Revogação das portarias e Decretos que ampliam, indiscriminadamente, o **Ensino à Distância e “ensino híbrido”**;
- ❖ Revogação da Portaria nº 545/20 que revoga a Portaria Normativa do MEC nº 13 que dispõe sobre **ações afirmativas na pós-graduação**;

RECOMENDAÇÕES PARA REVOGAÇÕES E ESTRUTURA DO MEC, FNE e CNE

- ❖ Recriação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - **SECADI** (*políticas afirmativas e de inclusão educacional, de forma transversal*)
- ❖ Recriação da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino - **SASE** (*assessoria ao planejamento, assistência para políticas de valorização e planejamento decenal, diálogo com instâncias colegiadas e gestão democrática etc*)
- ❖ Retomada e consolidação do Conselho Técnico Científico da Educação Básica da Capes;
- ❖ Recriação das unidades responsáveis pela educação do **campo, educação das relações étnico-raciais, direitos humanos, educação de jovens, adultos e idosos** entre outras.
- ❖ Retomada, continuidade, ampliação e fortalecimento de todas as **ações, programas e políticas de inclusão, anteriores ao golpe de 2016**, que digam respeito às especificidades, diversidades e inclusão: *Pronacampo, Pedagogia da alternância, Pronera, Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, educação escolar indígena, quilombola etc*
- ❖ Profissionalização e valorização dos **servidores** do MEC, INEP, FNDE, CAPES, CNPQ e demais vinculadas e recomposição;
- ❖ Consolidação de **Regulamentação e controle social do ensino privado**, sob as mesmas exigências legais e de qualidade aplicadas à educação pública;
- ❖ Contra as iniciativas de **privatização da educação pública** (via organizações sociais na educação, parcerias público-privadas, entre outras), de **institucionalização da educação domiciliar, de militarização das escolas, de promoção da intolerância religiosa; contra a naturalização de grupos fascistas e movimentos conservadores** como “Escola Sem Partido” e suas correlatas, como as “Leis da Mordaça”

CONAPE 2022

Conferência Nacional Popular de Educação

Carta de NATAL



Fórum Nacional Popular de Educação